

# COMPAIXÃO LAICA: OSCIP, UMA TRAVESSIA DO DESENCANTAMENTO DA CIDADANIA EM METAFORAS ORDENADAS DO CONTROLE SOCIAL

Carlos Eduardo Batista Costa\*

## Resumo Expandido

**Palavras chave:** Estado. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Relação Social. Cidadania. Democracia.

A proposta de trabalho se apresenta como “*Compaixão laica: OSCIP, uma travessia do desencantamento da Cidadania em metáforas ordenadas do controle social*”. Uma reflexão sobre os diferentes modos de interação entre Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP’s) e o Estado, suas estratégias e atuações no campo das políticas públicas, e a relação entre a cultura cívica e a racionalidade administrativa. O recorte do estudo, com a categoria de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, se deve, principalmente, a existência de aspectos regulatórios e legitimadores da máquina estatal. Uma interdependência entre o Estado e tais organizações que se submete ao regime da Lei nº 9.790, de 1999, no qual aprecia e qualifica tais entidades com intuito de ser apêndice do Estado. A análise dessas relações entre OSCIP’s e o Estado possibilita uma imersão crítica aos formatos de enfrentamento da questão social, principalmente no que se refere a formulação e implementação de políticas públicas. A sociedade contemporânea vive um tempo em que o Estado - dito laico - discursa e adota ações de uma racionalidade instrumental, com múltiplas formas de organização social e reinvenção da vida construída nas arenas econômica, social, cultural e política. Nesse contexto, se destaca a gênese conceitual de sociedade civil, que no Brasil coincidiu com a resistência do regime militar, ocupando uma função mais propriamente política estratégica que analítica teórica, caracterizando assim um período de entusiasmo cívico. As associações da sociedade civil apresentam contornos conceituais muito difusos e constituem “apenas” uma força propulsora de transformações no arcabouço institucional democrático, o qual deve sofrer permanentemente aperfeiçoamentos e adaptações. O Estado, o Mercado e a Sociedade

---

\* Titulação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – Mestrado; Especialista em Comunicação Interna para Relacionamentos Estratégicos, Assistente Social.

Civil representam cada setor como importantes artífices nas convicções e normativas públicas e políticas, algo que aproxima a ideia de que as leis e instituições seriam algo imediatamente acessível à intervenção humana, e exerceriam influência sobre o conteúdo emancipatório de uma cultura. Como exemplo, a ideia de que o Estado tende à ineficiência sustentada com toda força no discurso liberal, uma das hipóteses para explicação das alianças consolidadas entre Estado e Terceiro Setor; principalmente após a redemocratização em 1985. Adotou-se a “terceirização” dos serviços sociais por meio de incentivos/subvenções estatais, utilizando discursos e ações de democracia como forma de opressão consensual e convencional, travestida na lógica de cultura cívica e sustentada por relações burocráticas tradicionais. A liberdade e a participação de organizações representativas da sociedade civil não levaram automaticamente a independência do setor, tampouco encontrou soluções para os problemas sociais do país via seus princípios de benemerência e filantropia. Considerando a cidadania como um processo de inclusão social, se constata que no contexto brasileiro há contrastes e uma inversão da ordem dos direitos comparados a referência do modelo inglês. No Brasil houve três diferenças substanciais sobre a cidadania, as quais impactaram diretamente na natureza do seu conceito, dentre elas: a ênfase do direito social em relação aos outros direitos, a alteração da lógica inglesa e a concepção de Estado nação. Alguns pesquisadores contemporâneos relacionam a fragilidade da cidadania brasileira com os déficits no campo do direito civil, na manutenção da cultura política de uma cidadania regulada. Existe uma forte noção de independência dos indivíduos, porém atrelada a uma fraca noção de cultura cívica, ou seja, se construiu uma democracia sem uma “cultura democrática”. Não haveria necessariamente uma identidade cívica, e sim aspectos que sustentam o mito da democracia, legitimados por parcerias intersetoriais que mantem interesses econômicos e políticos. Como exemplo, as OSCIP’s qualificadas pelo Estado que cada vez mais incorporam eixos estruturantes da cidadania com os da administração pública. Uma parceria que retrata um paradigma inovador nas políticas de desenvolvimento, como também uma questão sobre a busca de identidade do Terceiro Setor que atualmente é medida pela racionalidade estatal. Contudo, o papel das OSCIP’s gera complexidades além de simplesmente suprir algumas das lacunas do governo, e instiga pesquisadores a uma reflexão mais densa dessas interações com o Estado, o seu processo democrático, pluralismo e identidades vigentes. Os pilares para tal reflexão se basearam na Sociologia e na Teoria Política, além da consulta de legislação sobre a regulamentação de OSCIP’s. A discussão inicialmente tem caráter

genérico, necessitando ainda de trabalhos empíricos e sistematização teórica. Mas, se espera que contribua com futuros debates, sem a pretensão de se limitar a possíveis receitas ou respostas aos desafios da mesma.